

ANÁLISE DE DISCURSO E MICHEL FOUCAULT: CAMINHOS PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Thiago Moessa Alves ¹, Telma Romilda Duarte Vaz ², Marco Antonio Costa da Silva ³ e Wagner de Souza da Fonseca ⁴

Resumo: O presente estudo tem como objetivo refletir sobre as características e contribuições da Análise de Discurso de linha francesa para a pesquisa em educação. Nossos pressupostos estão pautados na compreensão de que os discursos são organizadores sociais e que, por isso, carecem de estudos e debates, sobretudo nos espaços escolares. O texto apresenta a teoria da Análise de Discurso de linha francesa, aborda as contribuições de Michel Foucault para uma teoria do discurso e encerra expondo duas pesquisas realizadas a partir desse referencial. Os resultados apontam para a relevância da temática e sua contribuição para o entendimento de questões que o ambiente escolar nos coloca enquanto professores, pesquisadores e estudantes.

Palavras-chave: Discurso; Educação; Michel Foucault.

DISCOURSE ANALYSIS AND MICHEL FOUCAULT: DIRECTIONS FOR RESEARCH IN EDUCATION

Abstract: The present study aims to point out the characteristics and contributions of French Discourse Analysis for research in education, in order to encourage its use. It is based on the idea of understanding that discourses are social organizers and that, therefore, they lack study and understanding, especially in school spaces. The text presents the theory of French Discourse Analysis, addresses the contributions of Michel Foucault to a theory of discourse and ends by exposing two researches carried out from this framework.

Keywords: Discourse Analysis; Education; Michel Foucault.

1. Introdução

Os discursos escolares são permeados pela historicidade, politicidade, controle social e institucional. Diante disso, é pertinente trazer a este dossiê o presente artigo que tem como objetivo refletir sobre as características e

¹Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Técnico Administrativo de Nível Superior na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) onde atua como Assessor Pedagógico dos Núcleos de Ensino da Pró-Reitoria de Ensino (PROE). E-mail: t_moessa@hotmail.com.

²Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Professora Adjunta na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: telma.vaz@ufms.br.

³Doutor em Administração pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Professor Adjunto na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: marco.silva@ufms.br.

⁴Graduando em Enfermagem no Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN). E-mail: wagnerenfermeiro@hotmail.com.



contribuições da Análise de Discurso de linhagem francesa¹ para a pesquisa em educação. A noção de discurso é bastante ampla e ganha acepções específicas quando abordada pela Linguística da Enunciação, Semiótica ou AD – tanto em suas vertentes francesa ou britânica e estadunidense. A AD é uma área do conhecimento relativamente nova e que apresenta um potencial muito significativo diante da vasta gama de problemas enfrentados pela educação. É importante destacar que a produção em pesquisa no Brasil que contempla a AD está frequentemente localizada nos círculos dos componentes curriculares mais voltados para a Filosofia, a História e as Letras e, dada a sua natureza transdisciplinar e a forma como capta os sentidos por meio de suas relações de poder, a AD apresenta também uma grande vocação para sustentar pesquisas no campo mais amplo das ciências humanas, com destaque para a Educação e a Sociologia.

De modo mais específico, consideramos trazer a AD para esta coletânea de artigos que pretende discutir “Lutas e resistências em Michel Foucault” por tratar-se de um dos pensadores que mais trouxe contribuições para a AD, sobretudo nos âmbitos metodológico e conceitual. Todavia, a título de introdução, destacamos que a especificidade das definições de discurso trazidas por Foucault está no fato de que elas partem da genealogia e arqueologia, conforme discorreremos no capítulo seguinte.

Dado que nossa intenção com este artigo é incentivar a utilização da AD em pesquisas em Educação e outras áreas das humanidades, não temos aqui a pretensão de esgotar conceitos tão complexos relacionados aos estudos de Foucault e AD, mas apresentá-los de forma um pouco palatável a um leitor pretendido que, em tese, estaria fazendo suas primeiras incursões por esses caminhos.

Assim, organizamos o presente texto de forma a trazer um panorama inicial da gênese da AD, seguido das contribuições de Michel Foucault para, finalmente, dar amostras de estudos feitos no Brasil. Trata-se, portanto, de um levantamento bibliográfico. Esclarecemos que a AD é, então, o tema deste artigo, não a metodologia.

2. Análise de Discurso: campo teórico de resistência e subversão

Como muito bem aponta Ferreira (2003), o discurso se constitui como o ponto de partida de uma aventura teórica, isso porque, como já dissemos aqui, todo esse referencial teórico é ainda muito recente, e por isso, passível de definição. A AD,

[...] teoriza como a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem. Concebe o discurso como um lugar particular em que esta relação ocorre e, pela análise do funcionamento discursivo, ele objetiva explicitar os mecanismos da determinação histórica dos processos de significação (ORLANDI, 2005, p. 10).

¹ Doravante, referida neste texto como AD.



A AD assume como marco temporal a publicação em forma de livro da tese de doutoramento de Michel Pêcheux no final da década de 1960. O texto foi intitulado *Análise Automática do Discurso* e, para gerar um campo novo de estudos, empreende rompimentos fulcrais com algumas disciplinas e epistemologias. A esse respeito, Pereira (2007) constrói uma singular alegoria comparando os rompimentos feitos por Pêcheux a um Cavalo de Tróia, na medida em que seus estudos entraram nas Ciências Sociais para, então, implodí-las.

A AD entra então em relação com disciplinas de contato para reformular conceitos, o que a faz emergir não como um campo subordinado a esses contatos, mas como um campo autônomo. Dessa forma, acaba por manipular conceitos oriundos da Linguística, História, Sociologia, Psicologia e Psicanálise para criar uma teoria do discurso.

O rompimento que Pêcheux faz com a Linguística ocorre porque esta se constituiu enquanto ciência sob a égide do estruturalismo pelas mãos de Ferdinand de Saussure. Estruturalmente, Saussure utilizou princípios de classificação da língua sob uma ótica objetiva, opondo-a à linguagem que para ele, seria subjetiva e, por isso, impossível de categorização e estudo. Pêcheux, por sua vez, faz justamente o contrário ao perceber que os sentidos não são tão transparentes, como pontuou Saussure.

Pêcheux considera a linguagem como um sistema capaz de ambiguidade e define a discursividade como a inserção dos efeitos materiais da língua na história, incluindo a análise do imaginário na relação dos sujeitos com a linguagem (ORLANDI, 2005, p. 11).

É a partir da revisão da compreensão do que seja a linguagem que Pêcheux vai acessando as outras áreas de contato. Assim,

[...] a *Análise de Discurso* que ele propõe levanta questões para a Linguística, interrogando-a pela historicidade que ela exclui e, do mesmo modo, ela interroga as Ciências Sociais [...] e] critica o fato de que estas não rompem, ao contrário, estão em continuidade com a ideologia que as funda (ORLANDI, 2005, p. 10).

A opção tomada por Pêcheux de observar os sentidos a partir da subjetividade e historicidade de seus usuários é que lhe permite postular a AD [...] como a articulação entre o materialismo histórico, entendido a partir da teoria das formações e transformações sociais, que compreende a teoria das ideologias; a linguística, como teoria que estuda, concomitantemente, a sintaxe e os processos de enunciação; e a teoria do discurso, que investiga a determinação histórica dos processos semânticos (SANTOS, 2013, p. 213).

A conjuntura em que Pêcheux subverte as ciências de seu tempo é também de subversão popular. Em maio de 1968, uma manifestação de estudantes da Universidade de Nanterre, França, se junta às reivindicações da classe trabalhadora, o que resulta numa greve aderida por mais de 9 milhões de trabalhadores e estudantes (ALVES, 2021).

Doze anos antes do nascimento de Michel Pêcheux, nasceu Michel Foucault, também na França, de modo que Foucault viveu o mesmo clima de insubordinação popular e científico e isso refletiu na sua produção intelectual.

Assim como Pêcheux, Foucault não se satisfaz em circunscrever-se nos domínios de apenas um campo teórico. Filho de médicos, iniciou os estudos em Filosofia e, após uma tentativa de suicídio, entrou em contato com a Psiquiatria, Psicologia e Psicanálise, o que resultou nos seus estudos sobre a loucura, a clínica e o poder.

O grande fio condutor que deu unidade a esses temas na obra foucaultiana foi justamente O DISCURSO, ou seja, o entendimento do tema da loucura envolve compreender como a medicina criou um discurso sobre o louco, do mesmo modo, para assimilar o tema do poder em Foucault é necessário perceber como as instituições que exercem o poder criam e difundem discursos que os colocam nesses espaços de poder.

Quando tratamos da concepção de discurso em Foucault, talvez a dificuldade maior seja o fato de estarmos diante de um pensador que se recusou, desde os seus primeiros escritos, a isolar, uns dos outros, os diferentes campos de pensamento; da mesma forma, mostrou-nos reiteradamente que não existem invariantes históricas, muito menos essências ou “objetos naturais”. Pelo contrário, para ele, qualquer objeto, na sua materialidade, existe sempre sob condições muito específicas de tempo e espaço, e é inseparável dos quadros formais no interior dos quais se constitui, pelos quais foi nomeado e, assim, se tornou uma “coisa dita” deste e não daquele modo – incluindo-se aí todas as variações possíveis e certo período histórico e em certo lugar (FISCHER, 2013, p. 124).

Desde a década de 1980 – com a promulgação da atual Constituição Federal – e de forma um pouco mais organizada a partir da segunda metade da década de 1990, com a vigência da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as lutas históricas dos movimentos sociais vêm sendo, aos poucos, inseridas nas escolas.

Como exemplo, podemos citar políticas públicas de inclusão e de eliminação de desigualdades marcadas por leis como a 10.639/2003, que inclui obrigatoriamente a temática da história e cultura afro-brasileira no currículo; a 11.645/2008, que insere a temática da história e cultura dos povos originários no currículo e o Capítulo IV da Lei 13.146/2015 que institui o direito à educação da pessoa com deficiência.

O reconhecimento de direitos de populações marginalizadas, como nos casos das legislações citadas, e também a valorização de suas culturas sempre causa mal-estar entre aqueles que ainda desejam que a educação esteja voltada unicamente à pequena população privilegiada, mas desde a implantação de um projeto de governo de extrema direita, a educação pública passou a ser sistematicamente atacada justamente por atender a legislações como essas e aos anseios dos movimentos sociais.

Para os círculos de extrema direita, de uma hora para a outra, os professores se transformaram em doutrinadores, difusores de propaganda partidária comunista, e, pasmem, inimigos da família. Não raros são os

momentos em que os próprios professores reproduzem dizeres que incentivam a criminalização da docência.

Em Naviraí, município interiorano que sedia o campus da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) que, por sua vez, edita este dossiê, a Lei Ordinária 1935/2015, alterou o Plano Municipal de Educação e excluiu a palavra “gênero” do texto que previa prevenção e combate à violência. A justificativa seria a de que o combate à violência de gênero nas escolas municipais corromperia o caráter das crianças.

Não foram poucas as vezes em que professores, no exercício de suas funções, sentiram-se vigiados ou foram deliberadamente atacados por exercerem sua prática pedagógica, fruto de um organizado canal digital de denúncias contra professores, mantido por instituições antidemocráticas e que hoje conseguiram eleger seus membros nas esferas municipais, estaduais e nacional.

Por isso, é importante pensarmos na relação dialética entre discurso e práticas sociais. É urgente dar ao discurso a dimensão de organizador social que lhe compete, ou seja, estamos aqui tentando dizer que todas as vezes em que vereadores, pastores, policiais, ou outro profissional que tem a “palavra” ou a “força” como instrumento de atuação sentiram-se autorizados a invadir uma sala de aula intitulado-se fiscalizadores de uma “escola sem partido”, fizeram isso autorizados por discursos que colocavam os professores como criminosos que necessitavam de vigilância e correção.

Queremos insistir e exemplificar mais uma vez o dialogismo existente entre discurso e práticas sociais: o antissemitismo alemão não se iniciou com câmaras de gás, campos de concentração, trabalho escravo ou valas comuns, tudo isso foi precedido por dizeres sistematicamente organizados e que se inseriram nas instituições, inclusive a escola. A repetição, naturalização e adesão aos discursos de ódio foram os grandes responsáveis pelo desencadeamento de todas as desumanidades que ocorreram.

Situação semelhante ocorre no Brasil. Apesar de já terem se passado 14 anos desde a publicação da Lei 11.645, ainda são muito recorrentes discursos sobre a improdutividade dos povos indígenas, invalidação de suas identidades e suas formas de conhecimento e de arte e, por consequência, a escola ainda é um espaço hostil a esses povos, como atestam as pesquisas de Radeck (2011), Oliveira (2018), Dias (2017) e Boufleur (2014).

A partir deste contexto, podemos nos perguntar quais os sentidos que passaram a ser gerados no último quinquênio para o enunciado “os professores são inimigos da família”? Em outro recorte temporal esse enunciado seria possível? Que efeitos surtem um enunciado como esse? A quem interessa? Que posições de sujeito assumem aqueles que reproduzem esses dizeres? Quem pode dizer isso? Que autoridade é autoinvestida naquele que diz isso?

Na AD, há vários caminhos possíveis para se responder a estas questões, mas tentaremos aqui demonstrar noções fulcrais para a chamada arquiogenealogia do discurso. Inicialmente, é necessário dizer que o discurso não ocorre de forma aleatória, já que “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo

número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos” (FOUCAULT, 2012, p. 8).

Há, então, uma série de procedimentos de controle sobre os discursos, tão naturalizados e eficazes que nem sempre são percebidos e, por isso, muitas vezes, autocontrolados por nós mesmos. Foucault aponta três mecanismos ou procedimentos importantes de controle dos discursos: a interdição, a separação e rejeição e a vontade de verdade.

O procedimento de interdição se refere ao fato de que “[...] não se pode falar de tudo em qualquer circunstância” (FOUCAULT, 2012, p. 9). No mesmo sentido de controle, há também o processo de separação e rejeição. Em uma oposição binária, separa-se o que se considera bom do ruim, rejeitando este último. O autor exemplifica separação e rejeição com a oposição Razão/Loucura e mostra o funcionamento de como os discursos tidos como dotados de razão são aceitos em muitas esferas sociais, enquanto o discurso do louco é aquele que

[...] não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato (FOUCAULT, 2012, p. 10).

Os sujeitos podem ser excluídos da ordem do discurso por um terceiro sistema de exclusão: a oposição verdadeiro/falso. Foucault mostra em seus textos o modo como a verdade é plenamente arbitrária, organizada sob demandas históricas, mantida por instituições que a impõem, reconduzem e a modificam. O autor nos mostra, acima de qualquer coisa, como a verdade é exercida por meio de violência a partir desses aparatos de ajuste. Assim, é reforçada por sistemas de livros, sociedades de classe e outras instituições.

Os procedimentos de controle apresentados até agora são todos extrínsecos ao discurso, mas há também aqueles que emergem de dentro do próprio ato discursivo como as funções autor e disciplina. A autoria, exerce, um procedimento de agrupamento de discurso, enquanto função disciplina envolve um conjunto de métodos, proposições tidas como verdadeiras, técnicas e instrumentos próprios que vêm associados a certos discursos.

Todos esses mecanismos de controle sobre o discurso exercem, para Foucault, uma forma de rarefação, na medida em que um sujeito somente estará apto a entrar na ordem do discurso se passar por todos esses requisitos, se compreender seu funcionamento e agir em consonância, do contrário, será invalidado.

A título de retomada, cumpre lembrar que na gênese de uma teoria do discurso, Pêcheux se opôs à noção saussureana de objetividade na construção dos sentidos. Outros autores, em outras vertentes linguísticas fizeram o mesmo, mas consideramos importante ressaltar que

Se outras vertentes dos estudos linguísticos se debruçam sobre vários aspectos dos usos da língua, somente a Análise de Discurso busca descrever e interpretar a constituição, a formulação e a

circulação dos sentidos na sociedade, mediante a articulação necessária e indissociável da língua com a História (PIOVEZANI; SARGENTINI, 2011, p.14).

Se por um lado, a AD se constitui pelo diálogo empreendido por Pêcheux entre a Linguística, História, Psicologia, Psicanálise e Sociologia, como dissemos, é por meio da especificação dos domínios discursivos da História que Foucault constrói a *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2017) a partir de alguns princípios:

- “[...] dirige[-se] aos discursos em seu volume próprio, na qualidade de monumento” (p. 170);

- “[...] o problema dela é [...] definir os discursos em sua especificidade; mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irreduzível a qualquer outro” (p. 170);

- “[...] define tipos e regras de práticas discursivas que atravessam obras individuais” (p. 170);

- “[...] é a descrição sistemática de um discurso-objeto” (p. 171).

Assim como o ofício de um arqueólogo é escavar um sítio/local em busca do passado, o método arqueológico foucaultiano

[...] tem por propósito descrever a constituição do campo, entendendo-o como uma rede, formada na inter-relação dos diversos saberes ali presentes. E é exatamente nesta rede, pelas características que lhe são próprias, que se abre o espaço de possibilidade para a emergência do discurso (FAÉ, 2004, p. 412).

É dessa conjuntura teórica que surge um conceito muito caro à AD, a explicitação da maneira como se constroem os sentidos dos enunciados provenientes de um dado momento histórico que Foucault denominou de Formação Discursiva (FD).

Na explicação de Mussalim:

[...] uma FD determina o que pode/deve ser dito a partir de um determinado lugar social. Assim, uma formação discursiva é marcada por regularidades, ou seja, por “regras de formação”, concebidas como mecanismos de controle que determinam o interno (o que pertence) e o externo (o que não pertence) de uma formação discursiva. Assim, uma FD, ao definir-se sempre em relação a um externo, ou seja, em relação a outras FDs, não pode mais ser concebida como um espaço estrutural fechado. Ela será sempre invadida por elementos que vêm de outro lugar, de outras formações discursivas. (MUSSALIM, 2001, p. 119).

Se voltarmos ao enunciado “os professores são inimigos da família” poderemos perceber que há aqui um elo entre FDs que, em certos aspectos, se interseccionam. Há uma FD religiosa-cristã, que prega a família heteronormativa como a única base moral para a sociedade, ao mesmo tempo em que há também uma FD neoliberal a quem interessa o ataque aos servidores e instituições públicas.

Como vimos argumentando, a AD, a partir desses conceitos basilares, apresenta uma vocação muito grande para contribuir com as questões que o ambiente escolar e seus conflitos nos colocam enquanto professores/pesquisadores, por isso, nas seções seguintes, trazemos exemplos de pesquisas realizadas em âmbito educacional pautadas basicamente nesse campo do saber e, especialmente, em Michel Foucault.

3. Metodologia

O desenho metodológico deste artigo ampara-se na abordagem qualitativa. Denzin e Lincoln (2006) explicam que a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, pois considera as coisas em seus cenários naturais, procurando entender os fenômenos em termos dos significados que lhe são atribuídos, examinando os discursos e os significados transmitidos.

Como técnica de pesquisa adotamos a revisão da literatura. O objetivo é analisar, resumir e/ou sintetizar as ideias centrais de determinadas literaturas, sem a intenção de fixar uma metodologia pré-definida. Por outro lado, conforme explica Figueiredo (1990), a revisão da literatura “preenche dois papéis interligados: 1. Constitui-se em parte integral do desenvolvimento da ciência: função histórica. 2. Fornece aos profissionais de qualquer área, informação sobre o desenvolvimento corrente da ciência e sua literatura: função de atualização” (FIGUEIREDO, 1990, p. 132).

Assim, buscamos estabelecer uma lente teórica que nos permita compreender contribuições que Foucault e a AD podem agregar às pesquisas em educação. Com vistas a exemplificar o desenvolvimento prático desse arcabouço teórico, buscamos por pesquisas que empreendam uma análise de discurso sobre a educação. Utilizamos o Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como base de dados, onde fizemos buscas fluidas por pesquisas que se relacionassem com a temática “Lutas e resistências em Michel Foucault”, sem definir critérios muito rígidos de pesquisa. Como descritores de busca, valemo-nos das expressões “educação”, “discurso”, “resistência” e “Michel Foucault”, ora separadas, ora combinadas umas com as outras. Os muitos trabalhos que resultaram desta busca foram filtrados. Optamos por destacar estudos pautados em Foucault, na AD e que debatessem a educação, de forma que duas pesquisas foram escolhidas.

Quadro 1

Ano	Universidade	Autor	Título	Natureza/ Programa
2015	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	José Alessandro Cândido da Silva	Políticas públicas de educação escolar indígena e a formação de professores	Tese/ Educação

			indígenas no Acre	
2021	Universidade Federal de Jataí (UFJ)	Giuliano Vilela Pires	LGBTQ falam sobre a escola: discursos, dispositivos e (re)(ex)istências foucaultianas	Dissertação/Educação

Fonte: Elaborado pelos autores.

No capítulo seguinte, explicitamos a forma como as pesquisas foram construídas, como articulam a questão da resistência com o arcabouço teórico da AD, especialmente de Michel Foucault.

4. Resultados e discussões

Discorreremos nesta seção sobre duas pesquisas realizadas em programas de pós-graduação, a título de exemplificação prática da pertinência e relevância das “lutas e resistências” para o campo educacional.

A tese de Silva (2015) está inserida num importante movimento muito recente de compreensão pela academia dos direitos dos povos indígenas, sobretudo o direito à terra e autonomia, compreendendo da mesma forma que a educação se faz como um meio e um fim para a conquista efetiva desses direitos. Se, por um lado, as escolas nas aldeias serviram de instrumento para uma pretensa aculturação do indígena à época em que o objetivo das políticas públicas era a integração do indígena pela miscigenação e embranquecimento, hoje, ressignificada, a educação indígena é instrumento de valorização e resgate de suas culturas e línguas.

Nesse âmbito, o objetivo da pesquisa de Silva foi:

[...] compreender o processo de implementação e desenvolvimento das políticas públicas educacionais indígenas no Estado do Acre com ênfase na formação de professores indígenas a partir do final da década de 1990 aos nossos dias, considerando os embates travados na (re) definição da educação escolar (2015, p. 17).

Em processo de estranhamento a partir da implantação de uma política diferenciada, Silva buscou compreender como se estruturavam os discursos sobre o indígena e sua educação. O pesquisador pode perceber as tensões ocorridas entre o movimento indígena e o resultado das políticas educacionais implantadas pelo Estado do Acre e como isso se revelou nos dizeres sobre a educação.

Uma das materialidades discursivas quem compõem o *corpus* de análise de Silva é uma carta escrita pelo movimento indígena e entregue ao Ministério Público Federal em que se revela o sentimento de desrespeito que sentem perante as propostas da Secretaria de Educação Estadual. Além da carta, Silva reúne também atas, relatórios, documentos oficiais da Comissão Pró-Índio/Acre, da Secretaria de Educação Estadual, da Organização dos Professores Indígenas



do Acre e da Universidade Federal do Acre, assim como depoimentos e entrevistas.

A tese de Silva está inserida na linha de Políticas Públicas Educacionais, desse modo, o estudo apresenta em seus capítulos iniciais uma síntese das produções sobre a educação escolar indígena no Brasil, bem como seu histórico e contradições, tanto no que se refere à nação e ao Estado do Acre para, finalmente, tecer as análises sobre as práticas e discursos nesse âmbito educacional.

Grosso modo, as conclusões sobre os dados levantados na tese em tela, em âmbito discursivo, são as de que as políticas educacionais do Estado do Acre professam discursos pautados na valorização dos direitos humanos, do reconhecimento dos direitos específicos dos povos indígenas, sobretudo da educação intercultural e multilíngue, apesar de algumas das propostas estarem embasadas em concepções etnocêntricas. Contradições como essas, são exemplos das tensões existentes nas disputas por poder e exercício da resistência política de grupos minoritarizados, como as exemplificadas pelo próprio autor:

[...] infelizmente não temos ainda contemplada a realidade da presença de indígenas em todas as instâncias de decisões que lhes dizem respeito ou que possam afetá-los de alguma maneira. Resulta daí currículos inadequados, a ausência de uma política de línguas nas escolas indígenas, a pedagogia do não índio nos seus ambientes escolares entre outras práticas de desrespeito, e não estamos falando mais do passado, percebemos essa realidade na escola indígena do Acre de hoje (SILVA, 2015, p. 164).

A dissertação de Pires (2021), foi produzida na linha de pesquisa de Cultura e processos de ensino e aprendizagem em um programa de pós-graduação em Educação. “A escola serve à norma heterossexual?”

Essa foi uma das questões que Pires levantou em sua dissertação. Nesse sentido, essa pesquisa é um importante exemplo de como as instituições escolares, apesar de alegarem-se democráticas, são instrumentos de repressão e que agem de forma a moldar o comportamento dos estudantes de acordo com interesses de grupos muito bem demarcados.

A pesquisa de Pires objetivou “estabelecer relações entre as vozes LGBTQ e os discursos escolares a respeito delas, partindo de uma visão foucaultiana sobre os discursos presentes no dispositivo escolar” (2021, p. 18). De forma muito facilmente perceptível, o texto também mostra embates de grupos sociais na disputa por poder e, da mesma forma, a resistência organizada pelos grupos minoritarizados. A exemplo disso, ainda na introdução, Pires aponta como as ações do Programa Brasil sem homofobia – construído em diálogo entre a população LGBT e o governo de Lula – foram anuladas a partir dos governos conservadores que sucederam os governos petistas e a partir da organização do “Escola sem partido”.

Em virtude da pandemia do Coronavírus, o pesquisador não pode levar a cabo sua intenção de montar um corpus de pesquisa a partir da discussão de grupos focais composto por membros de sua comunidade escolar. Ao redesenhar

a pesquisa, acabou por optar por analisar os discursos presentes no documentário *Se essa escola fosse minha*, de 2017, produzido por Fellipe Rocha Marcelino e Leticia Eunice Leotti Santos.

O documentário baseia-se nos relatos de estudantes LGBTQ ingressos e egressos de escolas do ensino básico. Tem como tema a vivência dessas pessoas no ambiente escolar. A partir daí, diversos assuntos são abordados, como: violência, autoaceitação, lgbtqfobia, formação de individualidade, o papel da educação na vida das pessoas LGBTQ, o uso do banheiro por pessoas trans, a permanência ou não na escola, políticas públicas, dentre outros assuntos. O documentário dá preferência pelas vozes LGBTQ que apresentam os discursos escolares vivenciados por cada entrevistado e, por esse motivo, foi escolhido como fonte de dados (PIRES, 2021, p. 24)

Os recortes de depoimentos de estudantes LGBT retirados do documentário mostram que as práticas escolares se sustentam nas FDs religiosa-cristã e ainda por um discurso médico que dispõe aquele que apresenta uma sexualidade desviante como anormal e imoral. Não raros são os depoimentos de que a escola era – ainda são – ambientes hostis à população LGBT, assim como já afirmamos que também é hostil aos povos indígenas. Da mesma forma, também não são raros os casos relatados de como a escola interferiu negativamente na construção da identidade desses sujeitos por seguir padrões de heteronormatividade.

Em suas considerações finais, o autor entende que as práticas discursivas escolares reforçam

[...] padrões, molda os sujeitos, coloca no centro aqueles que seguem os princípios estabelecidos enquanto marginaliza aqueles que existem de forma diferente. Toda a estrutura escolar serve para que isso aconteça, desde as características arquitetônicas, as vestimentas utilizadas neste espaço, a distinção de comportamentos exigidos de forma diferente para meninos e meninas, a distinção na hora da prática esportiva e o mais grave, a não possibilidade de abertura para a discussão de assuntos referentes à sexualidade, a não ser aqueles que corroboram com o discurso heterossexual (PIRES, 2021, p. 89).

Apesar de refletirem a pesquisa empreendida por Pires, as conclusões a que o pesquisador chega, se analisarmos mais genericamente, podem ser expandidas para outros objetos de análise, de modo que a escola ainda carece de práticas discursivas inclusivas e acolhedoras a todas as pessoas que as compõem.

5. Considerações finais

O objetivo deste estudo foi refletir sobre as características e contribuições da AD de linha francesa para a pesquisa em educação, especialmente a partir do trabalho intelectual de Michel Foucault.



Reafirmamos nossa perspectiva de que a AD é uma área de conhecimento relativamente recente, mas com grande potencial para contribuir para o entendimento de questões que o ambiente escolar nos coloca enquanto professores/pesquisadores.

Assim como nos demais espaços sociais, os discursos e práticas que circulam na escola são atravessados pela história, política e controle social e institucional, o que faz da teoria foucaultiana especialmente pertinente para embasamento das pesquisas educacionais. O esboço teórico sobre a gênese da AD a partir dos conceitos de Michel Foucault demonstram a base crítica e ao mesmo tempo genealógica, que fundamentam e corroboram a relevância de seus estudos, sempre apontando para possíveis resistências a partir da compreensão da realidade.

Por fim, apresentamos, duas pesquisas que utilizam desses dispositivos a título de exemplificação. A análise de discurso sobre a educação mostra como as políticas educacionais do Estado do Acre professam discursos pautados na valorização dos direitos humanos e dos povos indígenas, sobretudo da educação intercultural e multilíngue, mas também contradições expressas em propostas embasadas em concepções etnocêntricas e tensões existentes nas disputas por poder de um lado, e de outro, pela resistência política de grupos minoritarizados. Outra pesquisa mostra que recortes de depoimentos de estudantes LGBT sobre as práticas escolares que se sustentam nas FDs religiosa-cristã e ainda por um discurso médico que dispõe aquele que apresenta uma sexualidade desviante como anormal e imoral, retratam uma escola hostil à população LGBT, assim como é hostil para os povos indígenas. São, portanto, contribuições importantes que mostram a relevância da AD no campo educacional, suscitando um melhor entendimento de suas realidades.

Referências

ALVES, Thiago Moessa. **Indígenas na Literatura Infantil e Juvenil brasileira**: cenografia, ethos discursivo e ideologia. 2021. 141 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Presidente Prudente-SP. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/214349/alves_tm_dr_prud.pdf?sequence=7&isAllowed=y. Acesso em: 21 jun. 2022.

BOUFLEUR, Emne Mourad. **Diversidade cultural e interculturalidade**: desafios de escolas públicas na fronteira Brasil Paraguai. 2014. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados –UFGD. Dourados –MS. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/EMNE%20MOURAD%20BOUFLEUR.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. LDB - Lei 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Lei 10.639/2003.

BRASIL. Lei 11.645/2008.

BRASIL. Lei 13.146/2015.



DENZIN, Norman Kent.; LINCOLN, Yvonna Sessions. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DIAS, Patrícia. **Educação intercultural e colonialidade**: uma análise do currículo da Aldeia-Escola Zarup Wej da terra indígena Zoró. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso –UFMT. Cuiabá –MT. Disponível em: <https://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/fd1baa90fa3d834d9bc9d1effc21a76b.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

FAÉ, Rogério. A genealogia em Foucault. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 409-416, set./dez. 2004.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. **Letras**, [S. l.], n. 27, p. 39-46, 2003. DOI: 10.5902/2176148511896. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11896>. Acesso em: 21 jun. 2022.

FIGUEIREDO, Nilce. Da importância dos artigos de revisão da literatura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 23, n. 1/4, p. 131-135, jan./dez. 1990.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault. In. OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22ª. Ed. São Paulo: Loyola, 2012.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**, v. 2. São Paulo-SP: Cortez, 2001.
NAVIRAÍ-MS. Lei Ordinária 1.935/2015.

OLIVEIRA, Claudeney Licínio. **O currículo na perspectiva decolonial**: um estudo de caso em uma escola de Uruará, Pará, Brasil. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau –FURB. Blumenau –SC. Disponível em: https://bu.furb.br/docs/DS/2018/364507_1_1.pdf. Acesso em: 21 jun. 2022.

ORLANDI, Eni. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, n. 1, p. 9-13, jun. 2005.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (1969). Trad. Eni Orlandi. In. GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3ª. Ed. Campinas-SP: Ed. da Unicamp, 1997.

PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. Legados de Michel Pêcheux e paradoxos da Análise de Discurso no Brasil. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. (Orgs.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em Análise de Discurso. São Paulo-SP: Contexto, 2011.

PIRES, Giuliano Vilela. **LGBTQ falam sobre a escola**: discursos, dispositivos e (re)(ex)istências foucaultianas. 2021. 100 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Jataí – UFJ. Jataí-GO. Disponível em: <http://bdtd.ufj.edu.br:8080/bitstream/tede/44/3/Dissertação%20-%20Giuliano%20Vilela%20Pires%20-%202021.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.



RADECK, Ereni. **Interculturalidade**: um desafio para a educação indígena. 2011. 76 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau – FURB. Blumenau – SC. Disponível em: https://bu.furb.br/docs/DS/2011/347661_1_1.pdf. Acesso em: 21 jul. 2019.

SANTOS, Sonia Sueli Berti. Pêcheux. *In*: OLIVEIRA, Luciano Amaral. (Org.). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola, 2013.

SILVA, José Alessandro Cândido da. **Políticas públicas de educação escolar indígena e a formação de professores indígenas no Acre**. 2015. 183 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba-PR. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/41772>. Acesso em: 26 jun. 2022.

Recebido em: 1º de julho de 2022.
Aceito em: 22 de agosto de 2022.
Publicado em: 11 de dezembro de 2022.